

# Legislativo recusa zerar déficit

A Comissão Mista de Orçamento não está disposta a zerar o déficit público no ano que vem. Isso contraria as expectativas da área econômica do governo e o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), podendo provocar alterações significativas na política de combate à inflação. O relator-geral da Comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou que "o déficit público não é o único fator inflacionário", argumentando que "nos últimos três anos ele foi reduzido e, mesmo assim, a inflação saltou de 300 para 900 por cento ao ano". A opinião do relator é apoiada pela maioria dos 37 membros da Comissão, que após a derrota eleitoral de 15 de novembro criticam com veemência os cortes de verbas sofridos por setores em que é mais exercido o clientelismo eleitoral: educação, saúde, transportes e agricultura.

Desde o início dos trabalhos, a Comissão já mostrava rejeição às alterações provocadas pela "Operação Desmonte", divulgada aquela época como a salvação para a crise econômica. Mas, sob o comando dos governadores do PMDB, o poder de fogo contra o Executivo foi centrado na questão do pagamento das dívidas estaduais e municipais. Com isso, o tratamento das outras, contas permitindo ao relator Almir Gabriel preparar o seu parecer sem muita interferência —

exceto a dos lobistas.

Talvez subestimando os poderes da Comissão, o governo não se preocupou em discutir a destinação das verbas orçamentárias a seus ministérios. Na segunda mensagem que foi enviada ao Congresso, a equipe econômica reduziu ainda mais os gastos com os setores considerados essenciais e, em contrapartida, dobrou o orçamento do setor de energia nuclear e aumentou em quase seis vezes as verbas do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social — que se transformou no superministério com a inclusão em sua receita de verbas originárias da Presidência da República.

A primeira demonstração de força da Comissão foi dada após a apresentação dessa mensagem: ao invés de considerá-la como um substitutivo — o que tornaria prejudicada a maioria das emendas de parlamentares — recebeu-a como uma emenda. Isso deu maior mobilidade ao relator que priorizará em seu relatório justamente os setores considerados básicos que também são eleitorais.

A maioria dos membros dessa comissão eram, até as eleições, governistas e votaram em um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Agora, a menos de um ano das eleições presidenciais, eles não querem mais apresentar

qualquer tipo de vínculo ao governo federal. Além disso, cortes em setores considerados essenciais (eleitorais) às vésperas de uma eleição são prejudiciais para qualquer político. Por exemplo, os cortes feitos no Ministério dos Transportes implicarão na interrupção ou suspensão de obras que somam votos para cada um dos parlamentares. Além disso, opor-se perante a opinião pública, a política econômica do governo é, no entender de alguns, ponto positivo junto ao eleitorado.

Almir Gabriel não teme qualquer prejuízo político por um corte menor no déficit público. Argumenta que "essa obsessão do governo" é questionável por provocar prejuízos em setores essenciais". Na opinião do relator, a crise econômica é grave e a redução do déficit tem que ser perseguida", mas os cortes de investimentos nesses setores básicos "provocariam perdas recuperáveis somente a longo prazo".

Além dessa remexida nos números de diversas contas, a Comissão reduzirá, com acordo ou não, a parcela de pagamento da dívida dos Estados. A questão é puramente política, pois após a derrota eleitoral deste ano apenas dinheiro no cofre garante aos governadores a eleição de seu candidato à Presidência da República.